

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2007
(Do Sr. Raul Jungmann)

Requer informações ao Ministro das Relações Exteriores sobre o quadro atual das relações Brasil-Bolívia.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvida esta Comissão, seja solicitado ao Ministro das Relações Exteriores, **Sr. Celso Amorim**, pedido de informações sobre o quadro atual das relações bilaterais Brasil-Bolívia, nos seguintes termos:

1. Cumprimento do acordo entre o Brasil e a Bolívia sobre regularização de seus nacionais vivendo no território do outro Estado-Parte (Acordo, por Troca de Notas, sobre Regularização Migratória), tanto pelo governo brasileiro como pelo governo boliviano.

2. Ações que estão sendo efetuadas pelo governo brasileiro e sua embaixada em La Paz no sentido de amparar e contribuir para a situação dos brasileiros que vivem na Bolívia, em especial os agricultores situados em sua faixa de fronteira, assim como os sojicultores e os criadores de gado

do departamento de Santa Cruz de La Sierra, envolvidos no processo de regularização de suas terras pelo governo boliviano (“saneamiento”) com vistas a uma ampla reforma agrária.

3. Aplicação dos recursos previstos na Lei n.º 11.471, de 2007, no sentido de “prestar assistência na implantação da política fundiária de reforma agrária do governo boliviano e, ao mesmo tempo, de viabilizar a regularização migratória e fundiária e a sustentabilidade de famílias brasileiras que se dedicam a atividades extrativistas e à pequena agricultura em território boliviano, na faixa de fronteira com o Estado do Acre” (de acordo com a Exposição de Motivos da Medida Provisória n.º 354, de 2007, que deu origem à referida Lei).

4. Eventuais estudos efetuados pelo governo boliviano com vistas a compensações econômicas decorrentes da possível construção das hidrelétricas do Rio Madeira pelo Brasil e se vêm ocorrendo gestões ou trabalhos conjuntos dos dois países sobre o tema.

5. Situação dos contratos de fornecimento de gás ao Brasil e seu cumprimento pela Bolívia/YPFB, incluindo a existência de eventuais passivos a favor ou contra a empresa e negociações de como elas poderão ser pagas.

6. Panorama e estatísticas do combate do tráfico de drogas entre Brasil e Bolívia, incluindo a existência de programas bilaterais nesse tema, órgãos envolvidos, orçamento previsto, prazos e metas para eventuais ações conjuntas.

JUSTIFICATIVA

Após viagem efetuada por grupo de membros da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional desta Casa, constatou-se que o relacionamento bilateral entre Brasil e Bolívia apresenta a possibilidade para o surgimento de um grave contencioso entre os dois países. Enfim, a agenda bilateral vem se tornando ampla, densa e de elevado grau conflitivo.

Um dos pontos diz respeito à situação dos brasileiros, na sua maioria agricultores, que vivem na faixa de fronteira da Bolívia. Estima-se de dez mil a quinze mil o número de brasileiros que se encontram em vias de serem expulsos de suas propriedades por problemas ligados à legislação local, que impede a posse de terras na região de fronteira por estrangeiros. O estranho é que nacionais de outros países, ao que tudo indica, não estão sofrendo o mesmo tratamento, revelando um tratamento discriminatório contra os brasileiros.

De outro modo, acordo entre Brasil e Bolívia com o objetivo de regularizar a situação de seus nacionais que vivem no território do outro Estado-Parte, segundo informações obtidas por nós, não vem sendo satisfatoriamente cumprido pela Bolívia. Enquanto o Brasil, desde a assinatura desse acordo, regularizou mais de 60% dos bolivianos que vivem no País, não há notícia de nenhum caso de regularização dos mais de 35 mil brasileiros que lá vivem. Ademais, o projeto para deslocar as famílias de brasileiros que vivem na faixa de fronteira boliviana está atrasado, deixando as famílias aflitas. Na região de Santa Cruz de La Sierra, por exemplo, 800 produtores de soja brasileiros se sentem ameaçados pela reforma agrária prometida pelo governo do presidente Evo Morales.

Outra questão em aberto entre os dois países, numa crise que se arrasta desde o ano passado, é relativa ao fornecimento de gás pela Bolívia ao Brasil. Como se não bastasse a revogação unilateral do contrato entre o

governo boliviano e a Petrobras, a YPFB vem reduzindo sensivelmente suas entregas de gás ao País e, ao mesmo tempo, majorando os preços do produto. A situação é bastante inquietante, principalmente se levarmos em conta o seu impacto para toda a economia nacional.

Um outro problema, antigo mas igualmente preocupante, é o tráfico de drogas da Bolívia para o Brasil. Só nos três primeiros meses deste ano, a Polícia Federal apreendeu mais de 1,5 tonelada de pasta de coca e cocaína refinada na fronteira com a Bolívia, volume equivalente ao total apreendido durante todo o ano de 2006. Estima-se que mais de 80% da cocaína produzida no Brasil tenha como origem a Bolívia. É essa droga que abastece o crime organizado nos principais centros urbanos brasileiros, com todo o impacto de violência, mortes e rede de corrupção decorrentes.

As pendências entre os dois países abundam, com nenhuma solução a curto prazo. Portanto, cabem alguns esclarecimentos a esse respeito com o intuito de esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional contribuir para um debate a fim de superar tais dificuldades.

Sala da Comissão, em de julho de 2007.

**Deputado RAUL JUNGMANN
PPS/PE**